

Prefácio

A Unidade Transcendente das Religiões, de Frithjof Schuon

(Frithjof Schuon, *De l'unité transcendante des religions*, Ed. Seuil, 1979)

As considerações deste livro procedem de uma doutrina que é não é filosófica, mas propriamente metafísica; esta distinção pode parecer ilegítima àqueles que têm por hábito englobar a metafísica na filosofia, mas, se já encontramos esse tipo de assimilação em Aristóteles e seus continuadores escolásticos, isso prova precisamente que toda filosofia tem limitações que, mesmo nos casos mais favoráveis, como esses que acabamos de citar, excluem uma apreciação perfeitamente adequada da metafísica; esta, na realidade, possui um caráter transcendente que a torna independente de um pensamento puramente humano, seja este qual for. Para bem definir a diferença que há entre os dois modos de pensamento, diremos que a filosofia procede da razão, faculdade puramente individual, enquanto que a metafísica procede exclusivamente do Intelecto; este último foi assim definido por Mestre Eckhart, com pleno conhecimento de causa: “Há na alma algo que é incriado e incriável; se a alma inteira fosse isso, ela seria incriada e incriável; e isso é o Intelecto.” Há no esoterismo muçulmano uma definição análoga, mas ainda mais concisa e mais rica em valor simbólico: “O Sufi (isto é, o homem identificado com o Intelecto) não é criado.”

Se o conhecimento puramente intelectual ultrapassa por definição o indivíduo, se, portanto, ele é de essência supra-individual, universal ou divina e procede da Inteligência pura, isto é, direta e não-discursiva, é evidente que este conhecimento vai mais longe não só do que o raciocínio, mas também do que a fé, no sentido corrente do termo; em outras palavras, o conhecimento intelectual ultrapassa também o ponto de vista especificamente teológico – que é, no entanto, incomparavelmente superior ao ponto de vista filosófico ou, mais precisamente, racionalista –, pois, como o conhecimento metafísico, ele emana de Deus e não do homem; mas, enquanto a metafísica procede inteiramente da intuição intelectual, a religião procede da Revelação; esta última é a Palavra de Deus dirigida às Suas criaturas, enquanto que a intuição intelectual é uma participação direta e ativa no Conhecimento Divino, e não uma participação indireta e passiva como é a fé. Em outras palavras, no caso da intuição intelectual, o indivíduo conhece não enquanto indivíduo, mas sim na medida em que, em sua essência profunda, ele não é distinto de seu Princípio Divino; assim, a certeza metafísica é absoluta em função da identidade entre o conhecedor e o conhecido no Intelecto. Se nos permitem usar um exemplo da ordem sensível para ilustrar a diferença entre os conhecimentos metafísico e teológico, poderemos dizer que o primeiro, que chamaremos “esotérico” quando se manifesta por meio de um simbolismo religioso, tem consciência da essência incolor da luz e de seu caráter de pura luminosidade; um determinado credo religioso, ao contrário, admitirá que a luz é vermelha e não verde, do mesmo modo que outro afirmará o contrário; ambos terão razão na medida em que distinguem a luz da escuridão, mas não enquanto identificam-na com uma cor determinada. Queremos mostrar com esse exemplo muito rudimentar que o ponto de vista teológico ou dogmático, pelo fato de se fundar, no espírito dos crentes, sobre uma revelação e não sobre um conhecimento acessível a todos – coisa aliás irrealizável para uma grande coletividade humana –, confunde necessariamente o símbolo ou a forma com a Verdade nua e supra-formal, ao passo que a metafísica, que não se pode assimilar a um “ponto de vista” senão de maneira totalmente provisória, poderá servir-se do mesmo símbolo ou da mesma forma a título de meio de expressão, mas sem ignorar sua relatividade; é por isso que cada uma das grandes religiões intrinsecamente ortodoxas pode, por seus dogmas, ritos e outros símbolos, servir de meio de expressão a toda verdade conhecida diretamente pelo olho do Intelecto, órgão espiritual que o esoterismo muçulmano denomina “o olho do coração”.

Acabamos de dizer que a religião traduz as verdades metafísicas ou universais em linguagem dogmática; ora, se o dogma não é acessível a todos em sua Verdade intrínseca, que somente o

Intelecto pode atingir diretamente, o mesmo dogma nem por isso deixa de ser acessível pela fé, único modo de participação possível para a grande maioria dos homens nas verdades divinas. Quanto ao conhecimento intelectual, que, como vimos, não procede nem de uma crença, nem de um raciocínio, ele supera o dogma no sentido de que, sem nunca contradizê-lo, penetra sua dimensão interna, isto é, a Verdade infinita que domina todas as formas.

A fim de sermos completamente claros, insistiremos ainda que o modo racional de conhecimento não supera em nada o domínio das generalidades e não atinge por si só nenhuma verdade transcendente; ele pode, contudo, servir de meio de expressão a um conhecimento suprarracional – é o caso da ontologia aristotélica e escolástica –, mas isso acontecerá sempre em detrimento da integridade intelectual da doutrina. Alguns objetarão talvez que a metafísica mais pura por vezes distingue-se pouco da filosofia, que ela, como esta, usa de argumentações e parece chegar a conclusões; mas essa semelhança deve-se ao fato de que toda concepção, quando é exprimida, reveste-se forçosamente dos modos do pensamento humano, que é racional e dialético; o que distingue aqui essencialmente a proposição metafísica da proposição filosófica é que a primeira é simbólica e descritiva, no sentido de que se serve de modos racionais como símbolos para descrever ou traduzir conhecimentos que comportam mais certeza que qualquer conhecimento da ordem sensível, enquanto a filosofia – que não sem razão foi chamada *ancilla theologiae* – nunca é mais do que ela exprime; quando ela raciocina para resolver uma dúvida, isso prova precisamente que seu ponto de partida é uma dúvida que ela almeja superar, enquanto que, como dissemos, o ponto de partida da enunciação metafísica é sempre essencialmente uma evidência ou uma certeza, que se tratará de comunicar, àqueles que forem capazes de recebê-la, por meios simbólicos ou dialéticos próprios a actualizar o conhecimento latente que trazem inconscientemente, diremos também “eternamente”, em si mesmos.

Tomemos, a título de exemplo dos três modos de pensamento que consideramos até aqui, a idéia de Deus: o ponto de vista filosófico, quando não nega Deus pura e simplesmente, e isso nem que seja dando a esta palavra um sentido que ela não tem, procura provar Deus por todo tipo de argumentações; em outros termos, esse ponto de vista procura provar seja a “existência”, seja a “inexistência” de Deus, como se a razão, que não é senão um intermediário, e de modo nenhum uma fonte de conhecimento transcendente, pudesse provar alguma coisa; aliás, esta pretensão à autonomia da razão em domínios em que só a intuição intelectual de um lado e a Revelação de outro podem comunicar conhecimentos, caracteriza o ponto de vista filosófico e revela toda sua insuficiência. Quanto ao ponto de vista teológico, ele não se preocupa em provar Deus – e permite mesmo admitir que isso é impossível – mas antes funda-se na crença; acrescentemos que a fé não se reduz de nenhum modo à simples crença, sem o que o Cristo não teria falado da “fé que move montanhas”, pois é evidente que a crença religiosa não tem esta virtude. Metafisicamente, enfim, não se trata nem de “prova”, nem de “crença”, mas exclusivamente de evidência direta, evidência intelectual que implica a certeza absoluta, mas que, no estado atual da humanidade, não é mais acessível senão a uma elite espiritual cada vez mais restrita; ora, a religião, por sua própria natureza e independentemente das veleidades de seus representantes, que podem não ter mais consciência disso, contém e transmite, sob o véu de seus símbolos dogmáticos e rituais, o Conhecimento puramente intelectual, como mostramos acima.

Contudo, poder-se-ia com todo o direito perguntar por quais razões humanas e cósmicas verdades que podemos qualificar de “esotéricas” num sentido muito geral são expostas e explicitadas precisamente em nossa época, tão pouco inclinada às especulações; há aí, com efeito, algo de anormal, não no fato de se exporem essas verdades, mas nas condições gerais de nossa época, que, marcando o fim de um grande período cíclico da humanidade terrestre – o fim de um *maha-yuga*, segundo a cosmologia hindu –, deve recapitular ou remanifestar de uma maneira ou de outra tudo quanto se encontra incluído no ciclo inteiro, conforme o adágio “os extremos se tocam”, de maneira que coisas que são anormais em si mesmas podem tornar-se necessárias em razão das ditas condições. De um ponto de vista mais individual, o da simples oportunidade, deve-se convir que a confusão espiritual de nossa época atingiu um grau tamanho que os inconvenientes que a princípio podem resultar para alguns do contato com as verdades de que se trata são compensados pelas

vantagens que outros tirarão dessas mesmas verdades; por outro lado, o termo “esoterismo” é com tanta frequência usurpado para mascarar idéias tão pouco espirituais e tão perigosas quanto possível, e o que se conhece das doutrinas esotéricas é com tanta frequência plagiado e deformado – sem falar que a incompatibilidade exterior e deliberadamente amplificada das diferentes formas tradicionais lança o maior descrédito, no espírito da maioria de nossos contemporâneos, sobre toda religião – que não há somente vantagem, mas mesmo obrigação, de dar a conhecer, por um lado, o que o verdadeiro esoterismo é e o que ele não é, e, por outro lado, o que faz a solidariedade profunda e eterna de todas as formas do espírito.

No tocante ao principal assunto que nos propomos tratar neste livro, insistiremos que a unidade das diferentes religiões não só não é realizável no plano exterior, o das formas, como não deve mesmo ser realizada neste plano, – supondo-se que isto seja possível –, pois neste caso as formas reveladas seriam desprovidas de razão suficiente; dizer que elas são reveladas é dizer que são desejadas pelo Verbo divino. Se falamos de “unidade transcendente”, queremos dizer com isso que a unidade das formas religiosas deve ser realizada de maneira puramente interior e espiritual e sem trair nenhuma forma particular. Os antagonismos dessas formas não afetam mais a Verdade una e universal do que os antagonismos entre as cores opostas afetam a transmissão da luz una e incolor, para retomar a imagem que usamos há pouco; e, assim como toda cor, por sua negação da escuridão e sua afirmação de luz, permite encontrar o raio que a torna visível e ascender por ele até sua fonte luminosa, assim também toda forma, todo símbolo, toda religião, todo dogma, por sua negação do erro e sua afirmação da Verdade, permite ascender pelo raio da Revelação, que não é outro senão o do Intelecto, até sua Fonte divina.

(Tradução de Alberto Queiroz)